

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº: 322005-5 2º Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Agravante: HERMAN WALTER BALTAR

Agravado: BANCO ITAUCARD S/A

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COM AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA QUE JULGOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE PEDIDO DA JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NÃO COPROVAÇÃO DA CARÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA. CONTROLE DO JUÍZ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO IMPROVIDO.


1. É faculdade do magistrado indeferir o pedido da benesse da justiça gratuita, sobretudo quando - da análise do conjunto probatório dos autos - revela-se a possibilidade econômico-financeira da parte.

2. Recurso Improvido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao agravo, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 02 de julho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº: 322005-5 2º Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Agravante: HERMAN WALTER BALTAR

Agravado: BANCO ITAUCARD S/A

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo Regimental, interposto por HERMAN WALTER BALTAR em face da decisão terminativa, proferida pelo Des. André Guimarães, que, em sede de Embargos de Declaração, manteve a decisão terminativa que negou seguimento ao agravo de instrumento, por entender que não há omissão ou obscuridade no julgado.

No recurso principal, a irresignação é em face da decisão que indeferiu o pedido de concessão da justiça gratuita.

Do julgamento do agravo de instrumento (fls. 119/124), concluiu-se que não restou comprovado a necessidade da assistência judiciária, negando-se seguimento ao recurso.

Sobrevieram os embargos de declaração, os quais foram negados (fls. 145/149).

Irresignado, o agravante interpôs agravo regimental, reiterando os argumentos do recurso principal e enfatizando que a simples declaração de pobreza basta para a concessão do benefício, pois trata-se de presunção legal, que somente pode ser afastada se demonstrado fato contrário, sendo tal prerrogativa exclusiva da parte contrária. Afirma que o fato da parte ter firmado contrato de financiamento não quer dizer necessariamente que ela terá condições de acrescentar uma despesa a mais em seu orçamento.

Ainda, sustenta que o objetivo da ação é justamente apontar a abusividade do contrato que, impondo juros elevados, inviabilizou o adimplemento das parcelas, logo, resta demonstrado se a parte autora pudesse pagara as prestações que estão sendo exigidas, não teria ingressado com a ação judicial para rever as cláusulas contratuais.

Sem contrarrazões.

É o Relatório.

Não exercido o juízo de retratação e independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

Recife, 02 de julho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº: 322005-5 2º Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Agravante: HERMAN WALTER BALTAR

Agravado: BANCO ITAUCARD S/A

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

VOTO

Preliminarmente, conheço do presente Recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cumpre ressaltar, de pronto, que o recurso cabível, na espécie, seria o Recurso de Agravo, todavia, em face da Súmula 043/TJPE, dispensando o recolhimento de custas no Recurso de Agravo, é possível aplicar aqui o princípio da fungibilidade, visto que o intuito do recorrente, na verdade é ver a decisão monocrática reformada, possibilitando o prosseguimento do agravo de instrumento.

A Decisão Monocrática ora atacada fora lançada nos seguintes termos:

“Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão terminativa de fls. 119/124. Decisão essa que negou seguimento ao agravo de instrumento, mantendo a decisão interlocutória, exarada pelo juízo de primeiro grau, que indeferiu o pedido de concessão do benefício da justiça gratuita, requerido pelo embargante.

Em suas razões (fls.127/136), alega o embargante que a decisão recorrida é omissa e obscura. Para tanto alegou que para obtenção do benefício da justiça gratuita basta que o interessado formule expressamente o pedido e que, por se tratar de presunção legal relativa, cabe à parte contrária comprovar que a afirmação é inverídica. Alegou ainda que o fato de ele embargante ter firmado um contrato de financiamento elevado, não afasta, necessariamente, a presunção de hipossuficiência.

Requer, por fim, que sejam acolhidos e julgados procedentes os embargos de declaração, a fim de que seja deferido o benefício da justiça gratuita.

É o relatório. Passo a DECIDIR.

Não assiste razão ao embargante.

É cediço que o recurso de embargos de declaração deve observar os limites estreitos traçados pelo artigo 535 do CPC (obscuridade, contradição, omissão e, por interpretação integrativa, erro material ou de fato).

Entretanto, pretende o embargante o reexame dos mesmos motivos que levaram ao indeferimento da gratuidade da justiça, extrapolando os limites do art. 535 CPC, situação que não é permitida pelo ordenamento jurídico.

No caso, a fundamentação lançada na decisão embargada deixa claro que não há nos autos material probatório que comprove a necessidade da assistência judiciária gratuita e que, o juiz, se tiver fundadas razões, pode usar da faculdade de indeferir o pedido do referido benefício, nos termos da jurisprudência do STJ e desta Corte de Justiça.

Vejamos trecho da decisão embargada:

"(...)

A jurisprudência do STJ firmou entendimento no sentido de que, para o deferimento da assistência judiciária, basta que a parte afirme na petição inicial a impossibilidade de pagamento das despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, podendo, todavia, o juiz, se tiver fundadas razões para tanto, usar da faculdade de indeferir o pedido do benefício.

Portanto, tem o Magistrado condições de indeferir o benefício, tal como lhe faculta o art. 5º, da Lei n.º 1.060/50, não bastando a simples alegação de necessidade da assistência judiciária gratuita para obtê-la, não havendo, ainda, a necessidade de que a parte contrária ajuíze o Incidente de Impugnação à Concessão do Benefício da Assistência Judiciária Gratuita para que o juízo possa impugnar o pedido de justiça gratuita.

Esta é a orientação consolidada do Colendo STJ:

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - NÃO OCORRÊNCIA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - PESSOA JURÍDICA - ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE - PRESUNÇÃO RELATIVA - CONTROLE PELO JUIZ - PRECEDENTES - HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 7/STJ - RECURSO IMPROVIDO.(AgRg nos EDcl no AREsp 8.983/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2012, DJe 30/05/2012)

(...)

No caso em análise, como bem asseverou a Magistrada a quo, há nos autos provas de que o veículo adquirido pelo agravante através de financiamento perante a agravada, foi obtido mediante financiamento em que as parcelas mensais ficaram no valor de R\$ 1.207,70 (um mil, duzentos e sete reais e setenta centavos). Ora, para obter o financiamento junto à instituição financeira, a agravante tinha ciência das condições do financiamento e comprovou ter receita suficiente para arcar com o valor da prestação mensal. Além disso, a agravante constituiu advogado particular para representá-la na causa. Esses fatos, por si só, militam contra a presunção de miserabilidade.

Analisando o material probatório juntado aos autos, não restou comprovada a necessidade da assistência judiciária gratuita.

A respeito do tema aqui debatido, colaciono os seguintes julgados:

STJ

PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DIFICULDADE FINANCEIRA. INDEFERIMENTO COM BASE NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. A declaração de hipossuficiência, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, possui presunção juris tantum, podendo ser elidida pelo magistrado. Precedentes do STJ. 2. O STJ não tem admitido a decretação de deserção quando negada a assistência judiciária, sem que tenha sido oportunizado à parte o recolhimento das custas recursais. 3. Na hipótese, o Tribunal a quo, analisando as provas contidas nos autos, manteve a decisão que indeferiu o benefício. A alteração desse entendimento esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. 4. A Corte de origem, em cumprimento à decisão judicial proferida por este Tribunal Superior, no Recurso Especial 1.078.865/RS, concedeu oportunidade à ora agravante para realizar o recolhimento do preparo, o que, in casu, não foi cumprido. 5. Assim, considerando que a determinação do STJ foi respeitada e o preparo não foi realizado, torna-se correta a decretação da deserção. 6. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 1309339/RS,

da 2ª Turma do STJ, rel. Min. Herman Benjamin, DJ 14.09.2010 - Destaque acrescido)
(grifos nossos)

TJPE

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. EVIDÊNCIA DE CAPACIDADE ECONÔMICA DO AUTOR. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM SER O AUTOR MERECEDOR DOS BENEFÍCIOS. 1. Inexistência de declaração de pobreza ou de documentos que comprovam o estado de miserabilidade do autor. 2. Existência nos autos de ter o autor comprado dois veículos, um no valor total financiado de R\$ 89.240,40 e outro no valor de R\$ 106.615,20. 3. Agravo a que se nega. (TJ-PE - AGR: 2544776 PE 0018433-24.2011.8.17.0000, Relator: Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, Data de Julgamento: 26/01/2012, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23)(grifos nossos)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso, para manter a decisão atacada."

Assim, não há o que se falar em omissão ou obscuridade, tendo em vista que a decisão embargada indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita por ausência de comprovação de dificuldade financeira por parte do embargante. Deixando claro, inclusive, que para o indeferimento de referido benefício, não é necessário que a parte contrária ajuíze incidente de impugnação à concessão do benefício, uma vez que o próprio magistrado pode indeferir referido pedido de plano, se tiver fundadas razões.

Com base nisso, não vislumbro violação ao art. 535 do CPC, visto que a decisão embargada apreciou corretamente a matéria trazida no recurso, encerrando, com isso, sua prestação jurisdicional.

Ante o exposto, não acolho os embargos de declaração, por entender inexistentes os vícios elencados pelo artigo 535 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intime-se.

Recife, 04 de fevereiro de 2014.

Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES

Relator

Analizando a argumentação apresentada pelo Agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão açoitada.

Nesse toar, conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, com sustentáculo na legislação e jurisprudências aplicáveis ao caso concreto, nego provimento ao presente agravo legal, no sentido de manter incólume a decisão hostilizada, nos termos da fundamentação supra.

É como Voto.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator